

Mohammad - Fundador do islamismo, nascido em Meca (570-632 d.c.). Após refletir durante quinze anos sobre uma reforma religiosa e social da nação árabe, converteu numerosos discípulos. Ganhou, porém, muitos adversários, sendo obrigado a empreender uma fuga (chamada higrira) para Medina em 622, data que marca o início da era muçulmana. Estourou uma guerra, que Mohammad venceu. Em 629 Mohammad fez uma peregrinação solene a Meca, que foi tomada em 630. As tribos recalcitrantes acabam se submetendo à nova religião e foi fundado o islamismo.

Maometano - O que segue a religião de Maomé (Mohammad); o mesmo que muçulmano.

Muçulmano - (do árabe *muslim*, "fiel, entregue ao islam).

Ramadan - Jejum no nono mês do calendário lunar muçulmano, para controlar os "exageros da vida material.

Shahada - declaração de fé no Deus único. Um das cinco "tarefas" a serem cumpridas pelo muçulmano.

Sharia - Conjunto de leis islâmicas.

Sheik (em árabe, "velho") - Homem respeitado por seus conhecimentos, ou chefe de uma tribo.

Suna (em árabe, "lei, regra tradicional") - Ortodoxia muçulmana, segundo a tradição que relata as palavras e atos de Mohammad.

Sunitas - Muçulmanos ortodoxos que seguem a suna e a autoridade dos quatro primeiros califas, por oposição aos xiitas, que seguem apenas os descendentes de Ali, genro de Mohammad.

Ulemá (em árabe, "sábio") - Teólogo islâmico conhecedor da lei.

Xiita (do árabe *xia*, "partido") - Muçulmanos partidários de Ali, primo e genro de Mohammad, que sustentam, em oposição aos sunitas, só serem autênticas as tradições do Profeta transmitidas através de membros da sua família.

Zakat - contribuição anual de 2,5% da renda para o patrimônio muçulmano e suas instituições beneficentes.

REVISITANDO AS RELAÇÕES ESPAÇO-ECONOMIA A PARTIR DA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA RECENTE EM GEOGRAFIA ECONÔMICA

Flaviana Gasparotti NUNES¹

Sérgio Braz MAGALDI²

Resumo: Este artigo apresenta de maneira sistematizada os resultados de dois anos de uma pesquisa que procurou avaliar o elenco de temas, conteúdos específicos, referenciais teóricos, principais conceitos e respectivas bibliografias utilizadas pelos autores dos Manuais Gerais de Geografia Econômica editados em português desde os anos 50, além de um conjunto significativo de contribuições científicas publicadas em quatro dos principais periódicos da Geografia brasileira entre 1970 e 1990. Portanto, este trabalho procura contribuir, primeiro, na identificação, e, posteriormente, com base no mapeamento realizado, na análise e na avaliação crítica da pauta científica da produção geográfica que têm nos fatos e fenômenos de natureza econômica os seus elementos e conteúdos norteadores de investigação. Além disso, o trabalho buscou estruturar o "espaço" ocupado pela disciplina Geografia Econômica hoje no Brasil, procurando discutir, a partir daí, os próprios objetivos, finalidades e limitações/fragilidades daquela área/disciplina. Não obstante, entendemos que esta avaliação constitui-se senão de forma parcial, uma vez que não se analisaram todas as possíveis fontes escritas. Este "mapeamento" procura, portanto, contribuir na discussão dos rumos e caminhos da reflexão teórico-metodológica em Geografia que se pratica hoje no Brasil, chamando a atenção para as relações entre dinâmica econômica e espaço geográfico.

Palavras-chave: Geografia econômica; espaço; atividades econômicas; fontes bibliográficas; métodos de análise.

¹ Aluna do 4o. ano do curso de Geografia da F.C.T./Unesp, Pres. Prudente. Bolsista do programa PIBIC, convênio Unesp/CNPQ, no período 1995/1997.

² Professor Assistente do Departamento de Geografia da F.C.T./UNESP, doutorando do curso de Pós-Graduação em Geografia da FFLCH/USP. Endereço para Correspondência: Departamento de Geografia, FCT/UNESP, Caixa Postal: 957, CEP 19.060-900, Pres. Prudente (SP). Tel. (018) 221-5388; FAX (018) 223-2227. E-mail: magaldi@prudenet.com.br. É necessário observar todavia, que a minha contribuição pessoal neste artigo limita-se a este primeiro item (Introdução). Embora tenha tomado parte, como orientador, de todo o processo de pesquisa que o originou, os méritos sobre a qualidade dos resultados apresentados devem ser tributados exclusivamente à Flaviana G. Nunes.

1 INTRODUÇÃO

Por ocasião do “3o. Seminário sobre Conhecimento Geográfico”, tivemos oportunidade de pontuar durante a mesa-redonda “Sistemas Produtivos e Território”, aquilo que nos tem parecido válido e pertinente como balizamentos para a construção de uma pauta de temas que objetive articular: *dinâmica econômica, lugar e espaço geográfico*.

Nesse sentido, vimos fundamentando nossa intervenção a partir da sistematização que procuramos empreender sobre parte da produção científica, assim como do acompanhamento dos debates que se realizam em torno das análises e interpretações sobre o momento presente do capitalismo (em diferentes escalas), pautando-nos sempre numa perspectiva transdisciplinar. Partimos da inquietação sobre a natureza, causas, características e desdobramentos das dinâmicas de desenvolvimento e transformação dos processos de acumulação/realização (suas bases materiais, territoriais, sociais, etc.) num horizonte histórico circunscrito às últimas três décadas. Para tanto, é necessário contemplar a interlocução e o intercâmbio de idéias, conceitos, categorias, formulações teórico-metodológicas, estruturas explicativas, avaliações de conjuntura, cenários e tendências, entre o que vem sendo produzido recentemente por geógrafos, economistas e cientistas sociais. As matrizes para que tal debate seja sistematizado, estão sendo balizadas fundamentalmente: pelos aportes da chamada abordagem da regulação; pelas formulações centradas na noção estrutural de dinâmica econômica, cujos principais representantes no Brasil estão sediados no Instituto de Economia da Unicamp (Campinas/SP); pelas recentes contribuições em língua inglesa, da chamada *new economic geography* (U.K., EUA e Austrália); e, do ponto de vista de uma leitura da ciência política, as teses do prof. Francisco de Oliveira acerca dos fundos públicos e do anti-valor.

É nesse contexto que se insere a pesquisa recém-concluída por Flaviana Gasparotti Nunes³, emergindo como resultado bastante consistente de um dos eixos de investigação que temos procurado consolidar no interior do Grupo Acadêmico do qual fazemos parte (GAsPERR), e que, neste caso específico, procurou se voltar para a análise e “mapeamento” de uma parte significativa da produção científica recente em geografia, voltada para aquilo que ela define como a “leitura” do econômico realizada por geógrafos.

³ Trabalho apresentado como relatório final de Iniciação científica - programa PIBIC, convênio Unesp/CNPQ, intitulado: *Geografia e Economia: fronteiras e convergências - um estudo da produção científica na área de geografia econômica*, P. Prudente, 1997, sob minha orientação.

É necessário sublinhar o fato de que o trabalho empreendido por Flaviana não se erigiu a partir de uma compreensão previamente tipificada dos limites e objetos que, em tese, conformariam o espaço da geografia econômica nos dias de hoje. A hipótese sobre a validade da construção de um arcabouço que venha a corresponder efetivamente ao “rótulo” geografia econômica, vai se constituindo ao longo de uma cuidadosa leitura dos livros-texto (manuais gerais de geografia econômica) e de uma grande quantidade de artigos científicos dos mais importantes periódicos da geografia brasileira, publicados ao longo dos anos 70 e 80, em que a autora procura verificar, com rigor e precisão, os limites e origens dos principais conceitos utilizados e os referenciais teóricos e bibliográficos nos quais se pautaram os geógrafos nos seus ensaios, estudos e investigações sobre a espacialidade dos fatos e processos econômicos, particularmente no território brasileiro.

Portanto, das perguntas que temos procurado lançar como norteadoras deste debate, a primeira interrogação que nos parece pertinente estabelecer, diz respeito aos conteúdos e respectivos limites (verticais e horizontais) dos temas e formulações originalmente formulados pelas ciências econômicas, que agregariam - em maior ou menor grau - qualidades mais significativas na “densificação” e problematização das pautas de pesquisa em geografia hoje, quer numa perspectiva de contribuição para as análises e explicações das singularidades e particularidades dos lugares, quer no desvendamento de processos de estruturação espacial de caráter mais totalizante, quer ainda, na articulação de tais perspectivas e “horizontes”.

Não se trata, portanto, de uma “monografia”, ou de um “estudo de caso” sobre alguma particularidade ou fenômeno da realidade econômica brasileira e suas respectivas características espaciais. O que só vem reforçar, na minha avaliação, as virtudes desta proposta de investigação.

A produção geográfica acerca da realidade econômico-espacial destes dias de fim de século parece estar diante de uma encruzilhada teórico-metodológica. As dinâmicas que engendram a transição e as passagens para um novo regime de acumulação, e a discussão subjacente sobre se realmente ocorre um reordenamento produtivo-financeiro tal, que nos permita falar em um novo regime e um novo modo de regulação (pós-fordismo, acumulação flexível, toyotismo, etc. - envolvendo inclusive aí, uma discussão sobre a base conceitual e nocional necessária ao entendimento deste novo momento), tendo em vista - fundamentalmente para nós geógrafos - os desdobramentos espaciais destes processos, entre tantas outras questões

relevantes⁴, tudo isso, nos impele ao desafio de nos reinstrumentalizar e rediscutir referenciais, conceitos e procedimentos de análise.

Até que ponto, e em que medida, a previsão marxiana da aniquilação (ou supressão) do espaço pelo tempo está carregada de verdade, na análise deste momento presente da dinâmica capitalista? Quais os significados e desdobramentos geográficos dos processos de controle, "gerenciamento" ou mesmo, do "fim" das distâncias? Quais as implicações para o espaço, do processo de autonomização do capital constante, "fluidificando" o trabalho como categoria central de medida do processo de valorização? O que temos a dizer a respeito das propriedades expansivas (territorialmente desiguais) do progresso tecnológico, ou sobre as alterações que têm requalificado a contradição entre rigidez e possibilidades de circulação do capital? Redes e território constituem-se nos melhores conceitos/mediações na investigação da espacialidade dos fenômenos, processos e relações econômicas?

Tendo em vista tais interrogações, no horizonte do "campo" de investigação sobre a relação dinâmica econômica - espacialidade econômica, é que este estudo⁵ se insere, constituindo-se, portanto, em mais uma contribuição para a consolidação de uma linha investigativa que, no contexto de um grupo acadêmico, coloca-se de forma equilibrada e madura, aberta à internalização de novas abordagens, pautas e agendas que julgamos necessárias no reordenamento dos marcos de qualidade do debate e da produção científica em geografia econômica, sem deixar de lado, ao mesmo tempo, um "olhar" crítico sobre os temas e textos pesquisados.

2 GEOGRAFIA E INTERDISCIPLINARIDADE: FRONTEIRAS E CONVERGÊNCIAS

Nas Ciências Sociais muito se discute sobre as relações entre diferentes ciências, as contribuições que uma pode trazer para outra, ou mesmo questões comuns que podem ser entendidas levando em conta variáveis e pontos de vista de vários campos do conhecimento.

Na Geografia, desde a Escola Francesa, uma de suas principais matrizes, é possível identificar suas relações com a Economia. Independente da perspectiva

⁴ Poderíamos lembrar, por exemplo: as transformações nas dinâmicas financeiras: o novo arcabouço político-econômico da dependência; os novos mecanismos de financiamento público da acumulação capitalista no contexto da crise do padrão de regulação dos Estados nacionais; os processos de mudança nos diferentes contextos nacionais e regionais em termos de estruturas demográficas, sociais e relações de trabalho, para citarmos apenas algumas.

⁵ Sublinho a importância desse estudo realizado por Flaviana G. Nunes como passo necessário e importante no seu processo de formação como pesquisadora.

metodológica adotada, questões e fenômenos de natureza econômica eram e são tratados pela Geografia.

A Geografia Econômica nasceu a partir dos desdobramentos dessa escola, especificamente de orientação lablachiana que tornou majoritária a perspectiva da Geografia Regional. Com a grande quantidade de estudos regionais, iniciaram-se as especializações que tentavam uma reunião de certos elementos levantados em tais estudos, como o agrícola, o urbano, etc. (MORAES, 1986)⁶. Dentre estas especializações tem-se a Geografia Econômica que inicialmente privilegiou como objeto de análise o reconhecimento da vida econômica regional e suas formas espaciais correspondentes através de fenômenos que se manifestavam em escalas maiores, sendo facilmente identificáveis nas observações empíricas, cujas lógicas internas eram explicadas pela interdependência funcional dos elementos e fatores. Dessa forma, a Geografia Econômica aparece como uma área de convergência entre as duas ciências.

Na perspectiva de aprofundar os estudos relacionados à Geografia Econômica, procuramos fazer algumas considerações visando a avaliação deste campo da Geografia a partir de parte de sua produção científica tentando contribuir na construção de um perfil temático e teórico atualizado da Geografia Econômica⁷.

Para isso, falaremos das características identificadas a partir da análise de duas fontes bibliográficas (Manuais e artigos de periódicos especializados de Geografia) para em seguida, tentar apresentar um perfil da Geografia Econômica, seus objetivos, finalidades e limitações. Sendo assim, o perfil a ser constituído, de forma parcial, pois não foram investigadas todas as fontes bibliográficas, está baseado nos subsídios oferecidos pela análise dos Manuais e artigos de periódicos.

3 A GEOGRAFIA ECONÔMICA DOS MANUAIS

A primeira fonte bibliográfica analisada constituiu-se de Manuais de Geografia Econômica publicados entre as décadas de 1950 e 1980. Para esta análise foi desenvolvido um roteiro contemplando: organização da obra; temas e assuntos abordados; utilização de recursos gráficos, cartográficos e estatísticos; nível de aprofundamento dos conteúdos e qualidade das fontes bibliográficas utilizadas.

⁶ MORAES, A. C. R. de. *Geografia - pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1986

⁷ As idéias aqui expressas tomam por base o relatório de pesquisa de Iniciação Científica concluído em Julho/1997. Esta pesquisa intitula-se: *Geografia e Economia: fronteiras e convergência - um estudo da produção científica na área de Geografia Econômica*, P. Prudente, Unesp, 1997. A orientação coube ao prof. Sérgio Braz Magaldi e teve apoio de uma bolsa de Iniciação Científica (CNPq).

Portanto, as análises pautaram-se nos seguintes critérios: estruturação do(s) objeto(s), referências teóricas, categorias e conceitos utilizados, além dos procedimentos de análise empregados.

Nos Manuais, observamos que em termos de objeto(s) predominam os três campos temáticos apontados por George (1978:93) como constitutivos de uma Geografia Econômica analítico-descritiva. São eles: Geografia Agrícola, Geografia Industrial, Geografia dos Transportes e Comércio. A própria obra de George contempla esses campos mesmo que sua abordagem traga algumas novidades em relação ao que ele chama de clássico que seria na verdade a ênfase na análise e descrição dos campos temáticos já destacados por ele.

Traduzido para o português em 1961, o manual Geografia Econômica de Pierre George, dado o seu caráter pioneiro já destacado anteriormente, parece ter sido "modelo" para os autores nacionais. Daí as semelhanças encontradas entre essas obras e a de George.

Tendo como base os três campos temáticos apontados, compõem o universo de assuntos dos manuais brasileiros os seguintes temas:

- estrutura e dinâmica populacional;
- fontes de energia;
- produção de minérios (Indústria extrativa);
- produção agropecuária: produtos alimentícios, matérias-primas vegetais e animais;
- atividades industriais e suas características;
- comércio e transportes.

Ressaltamos que estes assuntos que constituem cada um dos campos temáticos são apresentados de forma isolada, sem uma articulação ou relacionamento entre eles.

Em relação às abordagens utilizadas no tratamento destes temas observamos a predominância de algumas características tais como:

- a) **Descrição:** a perspectiva descritiva como aspecto mais importante do corpo de conhecimentos a serviço da Geografia Econômica;
- b) **Base histórica:** fundamentação histórica dos objetos e temas de referência da Geografia Econômica tratados de forma superficial, precária e insuficiente;

- c) **Problematização: perspectiva estática** - ausência e/ou insuficiência de relações no tratamento dos objetos da Geografia Econômica.

Quando falamos em base histórica nos referimos à enumeração de dados históricos, ou seja, os autores utilizam-se de breves históricos acerca do fato ou tema a ser discutido. Em grande parte os recursos históricos são utilizados como simples enumeração de dados e fatos, poucas vezes como reveladores ou desencadeadores de estruturas atuais.

Remetendo-nos às próprias teorias ou paradigmas estáticos da Economia⁸ marcados pelo equilíbrio, harmonia e ausência de conflitos, reconhecemos esta característica a partir da observação de que na verdade os Manuais fazem uma espécie de mapeamento das atividades econômicas em nível mundial, ou seja, indicam a localização dos fatos econômicos na superfície do globo.

Vejamos o que George (1978:94) ressalta:

"(...) a Geografia Econômica global encontrou seu lugar numa síntese das condições de existência de grupos de estruturas homogêneas" (países industriais, países subdesenvolvidos, países cujo desenvolvimento está bloqueado, etc.) ou síntese das características de uma porção do espaço, Estado, subcontinente, continente."

Poderíamos, então, dizer que a Geografia Econômica dos Manuais ainda está muito ligada às orientações clássicas, com estudos mais gerais articulando escalas continentais ou nacionais ou mesmo "grupos homogêneos" como chama George. Com o predomínio do caráter descritivo, não priorizam discussões amplas e aprofundadas e mostram um grande distanciamento em relação às questões da teoria econômica.

A partir dessas características percebemos que o mapeamento das atividades econômicas é feito identificando a qualidade geográfica apenas ao aspecto da localização territorial, havendo assim, um distanciamento em relação às situações e processos que determinam a(s) lógica(s) dos fenômenos espacializáveis como a origem, estrutura dos capitais e seus movimentos, as relações capital-trabalho, entre outras.

⁸ Sobre este assunto ver Shwartz, Gilson. *Decifre a Economia*. São Paulo, Saraiva, 1991.

⁹ Grifo nosso. Por esta expressão utilizada por P. George podemos perceber a preocupação voltada para a explicação do que se repete, daquilo que tem um aspecto homogêneo, em detrimento das diferencialidades, e da explicação das suas causas, processos, mecanismos e contradições.

Diante disso, acreditamos que os Manuais apresentam limitações na qualidade de obras da Geografia Econômica. Apontamos como forma de superação destas limitações, a promoção de um maior inter-relacionamento entre os temas; a utilização e explicitação do funcionamento e dinâmicas de determinados processos da economia tais como determinações de preços e relações entre custo e preço; discussões conceituais envolvendo: capital, relações capital-trabalho, macro e microeconomia e a própria atuação do Estado; tratamento dos assuntos no plano das contradições do capitalismo e das relações sociais, políticas e econômicas envolvidas nestas, pois o caráter instável e contraditório do capitalismo é insuficientemente analisado quanto aos desdobramentos territoriais. Isso implica não apenas apontar as diferenças que se justificam não só pela aparência.

De um modo geral, as alternativas acima poderiam ser identificadas ou resumidas pelos elementos e conceitos explicativos do paradigma dinâmico da economia que como aponta Schwartz (1991:99) necessariamente desemboca na análise da história, do Estado e da política.

4 OS ARTIGOS DOS PERIÓDICOS

A segunda fonte de investigação constituiu-se de artigos de quatro periódicos especializados de Geografia publicados entre 1970 e 1990. Os periódicos selecionados foram os seguintes: Caderno Prudentino de Geografia, Boletim Paulista de Geografia, Revista de Geografia da UNESP e Revista Brasileira de Geografia.

Para a seleção dos artigos foram estabelecidos critérios como o tema, recorte e abordagem teórico-metodológica e para a análise, dois níveis de investigação (horizontal e vertical) partindo da identificação de temas, autores, referências bibliográficas e palavras-chave dos artigos até sua contextualização, interpretação e constituição de um mapa teórico-metodológico.

Neste caso, percebemos que a principal diferença entre os periódicos relaciona-se com a forma de tratamento dos temas e o nível de aprofundamento dos artigos. Daí associarmos o perfil editorial do periódico ao tipo de tratamento dado aos artigos ou mesmo em relação às temáticas abordadas.

Desta forma, nos artigos da Revista Brasileira de Geografia - principalmente da década de 1970 - parece predominar um tratamento analítico-descritivo em que o aprofundamento teórico e a discussão de questões estão centrados na maior ou menor eficácia na utilização de modelos e métodos de quantificação.

Já na década de 1980, o tratamento modifica-se estando presentes nos artigos analisados, preocupações de caráter mais social e político. Há uma maior coesão em termos de temas e metodologias de forma a mostrar um ecletismo, diferente do período anterior.

A postura presente nos artigos da Revista Brasileira de Geografia está intimamente ligada ao caráter pragmático de subsídio político relacionado à ideologia do desenvolvimentismo e à prática da burocracia administrativa durante os anos 1970, principalmente, tendo em vista o comprometimento político em relação ao Estado que o IBGE sempre manteve.

Por isso, percebemos que predominam temas ligados à questão do planejamento e desenvolvimento econômico sem que sejam discutidas as causas do "atraso" da economia. Os artigos veiculam através dos temas e da forma como são tratados, a ideologia do Estado.

Também devemos lembrar que a utilização de classificações, modelos matemáticos e dados estatísticos fundamentam grande parte das discussões mostrando esse caráter pragmático dos estudos da Geografia Econômica - que também se revela em outras áreas/campos da Geografia.

Através das referências bibliográficas desses artigos notamos com frequência autores como Brian Berry, F. Perroux, J. Friedman, H. Richardson, W. Isard, entre outros ligados às abordagens sistêmicas e modelísticas. Brian Berry, por exemplo, propõe o uso de modelos de representação e explicação no trato dos temas geográficos¹⁰. Isard e Friedman também vinculam-se a esta abordagem no trato da questão regional sendo citados por autores como Chorley e Haggett¹¹.

Já nos artigos da década de 1980, o referencial bibliográfico modifica-se de acordo com a própria mudança nas temáticas. Desta forma, J. Graziano, O. Valverde, J.S. Martins, A. Kageyama e M.C.D'Incao aparecem com frequência.

Comparando ou "cruzando" as referências bibliográficas dos periódicos analisados, notamos que essa mudança não ocorre, por exemplo, com o Boletim Paulista de Geografia. Os autores mais frequentes neste periódico aparecem em ambos os momentos (décadas de 70 e 80) não havendo uma mudança significativa como na Revista Brasileira de Geografia. Por exemplo, nos artigos das décadas de 1970 e 1980 observam-se com frequência referências a autores como K. Marx, Lenin, A. Lipietz, P. Singer, C. Furtado, M. Santos, D. Harvey e P. Monbeig.

¹⁰ Citado por Moraes, A.C.R. de. Op. cit. pág.103.

¹¹ Modelos Integrados em Geografia. Rio de Janeiro: Edusp, 1974.

Quanto aos periódicos Boletim Paulista de Geografia, Caderno Prudentino de Geografia e Revista de Geografia da UNESP podemos aproximá-los de certa forma, em relação ao tratamento dispensado em seus artigos. Como pudemos demonstrar, os artigos destes periódicos, em grande parte procuram não ficar restritos à apresentação, localização, descrição do assunto havendo levantamento e discussão de questões de natureza econômica em relação ao espaço. Sendo assim, pelas próprias referências bibliográficas dos artigos, pelo tratamento dado aos temas abordados, percebemos que se aproximam de uma abordagem teórico-metodológica que procura levar em conta as contradições, relações e dinâmicas dos processos econômicos¹² e não apenas a descrição e funcionalidade.

Neste sentido, os artigos desses periódicos e também alguns da Revista Brasileira de Geografia - da década de 1980 principalmente - a nosso ver procuram dar espacialidade aos fatos econômicos na medida em que estabelecem relações, levam em consideração processos e mecanismos que produzem as diferentes formas espaciais.

5 ENSAIANDO UM PERFIL DA GEOGRAFIA ECONÔMICA A PARTIR DOS ELEMENTOS IDENTIFICADOS

Tendo em vista o conjunto de reflexões realizadas, poderíamos colocar alguns pontos ou balizamentos no sentido de encaminhar para um entendimento ou definição de Geografia Econômica como contribuição à sua atualização.

A Geografia Econômica sustenta-se primeiramente por apresentar uma característica básica: a precedência do fato/evento econômico na determinação dos processos e relações que produzem as diferentes formas espaciais.

A questão está no **“como é esse enfoque”** e, antes, **“o que na Geografia pode-se entender como fato/evento econômico?”** Apesar das insuficiências e limitações encontradas nos Manuais, notamos que suas contribuições em termos de temas não devem ser negligenciadas. No entanto, o enfoque, em geral, está pautado num ponto de vista estático como se verificou.

De um modo geral, poderíamos dizer que esse enfoque econômico no trabalho geográfico é a espacialidade (e não somente a territorialização¹³) dos

fatos econômicos que estão inseridos numa totalidade na qual têm-se também fatores sociais, políticos, culturais e éticos envolvidos.

Mais do que uma Economia Política do espaço, a Geografia Econômica realiza a leitura do espaço tendo como pontos de partida e de chegada a espacialidade do econômico. Para tanto, utiliza-se das contribuições da Economia Política. Neste caso, o espaço não é palco e sim produto e condição para o desenvolvimento das forças produtivas e suas relações determinantes/conseqüentes.

Nesse sentido, deve-se ressaltar a importância do “geográfico” em processos histórico-estruturais como os de aprofundamento e complexificação da divisão do trabalho e da reprodução ampliada do capital, além do comparecimento não neutro do território nos processos de (re)estruturação de mercados ou de reconfiguração de objetos, métodos e processos associados à produção e às novas formas de organização, controle e regulação do trabalho envolvendo agentes tais como firmas, corporações, ramos e indústrias, sindicatos, entre outros. (Magaldi, 1996)

A Geografia Econômica, portanto, não considera as paisagens econômicas numa perspectiva estática (como faziam os autores ligados à Geografia Clássica), mas busca as relações e os cruzamentos que as diferentes instâncias mantêm através dos agentes, instituições, governos e mercados, em diferentes níveis e escalas.

A partir disso, percebe-se que o espaço a ser considerado é essencialmente o espaço para reprodução do capital, na medida em que a constituição do espaço em sentido amplo tem como princípio básico a dinâmica do sistema capitalista e suas diversas variáveis.

De uma forma geral, poder-se-ia dizer que o objetivo/finalidade da Geografia Econômica diria respeito ao espaço e às suas relações com a dinâmica reprodução do capital, a compreensão da especificidade econômica numa ótica dinâmica (Geografia Econômica dinâmica).

Sendo assim, para contemplar objetivo tão abrangente, a própria estruturação dos objetos e métodos deve ter como premissa a incorporação de uma abordagem que privilegie as contradições da realidade econômica capitalista propiciando melhores condições para os cruzamentos e mediações entre espaço e economia.

A partir das aparências das estruturas e configurações espaciais que são resultado da utilização desta abordagem, pode-se buscar as lógicas que as presidem de forma a revelar os conteúdos dinâmicos que produzem o espaço capitalista da atual etapa histórica.

¹² Esta constatação tem por base as reflexões realizadas no Capítulo 1 de nosso relatório sobre os paradigmas estático e dinâmico da economia, a qual nos serviu como referencial neste trabalho.

¹³ Quando falamos em territorialização estamos nos referindo ao ordenamento/distribuição dos fenômenos no território sem levar em conta os processos e relações envolvidas.

Neste sentido, poderíamos apontar alguns temas que integrariam/comporiam o temário da Geografia Econômica no sentido de contribuir para sua atualização:

- organização industrial tendo em vista a atual conjuntura em termos de estruturação do paradigma produtivo/tecnológico por muitos autores chamado de pós-fordismo;
- a localização dessas indústrias a partir da criação de fluxos pela circulação de informações;
- a competitividade gerando mudanças na organização do sistema produtivo nos seus diversos ramos;
- a informação e seu papel na atividade produtiva;
- a circulação do capital e suas diferentes formas face ao processo de globalização;
- as relações capital/trabalho nesta conjuntura;
- a reestruturação dos setores tradicionais da economia tendo em vista a expansão do terciário.

Esses são apenas alguns temas que poderiam integrar e (re)estruturar o temário da Geografia Econômica, pois seus mecanismos, processos e variáveis são indispensáveis à explicação da configuração espacial atual, bem como das mudanças em termos de divisão e organização do trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As idéias aqui apresentadas representam apenas o início de uma reflexão bem mais ampla. Isso porque a Geografia Econômica encontra-se diante do desafio de romper com a tendência de se transformar em simples classificação e enumeração de fatos e dados estatísticos fugindo aos problemas e evitando a reconstituição dos processos.

Desta forma, necessita-se de uma revisão temática e de abordagens que pudessem contribuir para sua atualização.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manoel C. **Geografia econômica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1983.
- BARRE, Raymond. **Manual de economia política**. V. I. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.
- BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA**. São Paulo, n. 46 - 54, 56 - 73, 1971 - 1994.
- BREITBACH, Aurea C.M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: FEE, 1988 (Série Teses, n. 13).
- CADERNO PRUDENTINO DE GEOGRAFIA**. Presidente Prudente: AGB, nºs 1-15, 1982-1993.
- CHISHOLM, Michael. **Geografia y economia**. Barcelona: Oikos-tau, 1968.
- CHORLEY, Richard J., HAGGETT, Peter. **Modelos integrados em Geografia**. Rio de Janeiro: Edusp, 1974.
- ESTALL, R.C.; BUCHANAN, R.O. **Atividade industrial e Geografia Econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- FARIA, Luiz A.E.; CONCEIÇÃO, O.A.C.C.; BELLO, Terezinha S.B. (Org.). **Desvendando a espuma - reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre: FEE, 1989.
- GALBRAITH, John K. - **O Pensamento econômico em perspectiva - uma história crítica**. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1989.
- GEORGE, Pierre. **Geografia econômica**. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1983.
- HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- HUNT, E.K.; SHERMAN, H.J. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- JONES, Clarence F.; DARKENWALD, G.G. **Geografia econômica**. 3ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.
- LERNER, Icael. **Geografia econômica general**. Buenos Aires: Ciencias Economicas, 1957.
- LIPIETZ, Alain. O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade?. **Espaço & Debates**. São Paulo, n. 38, 1994.
- _____. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço & Debates**. São Paulo, n. 25, 1988.
- LOBO, R. Haddock. **Geografia econômica**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1974.
- LUCCI, Elian A. **Geografia econômica**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1978.
- MAGALDI, Sérgio B. Geografia Econômica: revendo temas e conceitos. In: MELO, Jayro G. (org.). **Região, cidade e poder**. Pres. Prudente: GASPER, 1996.
- MANNERS, G. **Geografia da energia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1995.
- MORAES, A.C.R. de. **Geografia : pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- NAPOLEONI, Cláudio. **Curso de economia política**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **O pensamento econômico do século XX**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.